

Artigo



## O ARDIL ANTICOMUNISTA – ESTUDO DE CASO (1948-1949)

Victor de Oliveira Pinto Coelho\*

**Resumo:**

O artigo discute o anticomunismo a partir da análise de jornais e de um processo jurídico de 1949 – inquérito administrativo, movido contra 51 operários da mina de Morro Velho, acusados de sabotagem –, acusação referente a uma greve no ano anterior. Conclui-se que o imaginário anticomunista elaborado desde 1935 persistiu no pós-Estado Novo, como forma de justificativa de repressão a líderes operários.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Anticomunismo, Representação, Repressão.

**Abstract:**

This article discusses anticommunism through the analysis of newspapers and of a 1949 judicial process – an administrative inquiry against 51 workers of the Morro Velho Mine who were accused of sabotage in the context of a strike in the previous year. We conclude that the anticommunist imaginary elaborated since 1935 remained current in the post-Estado Novo period, as a means of justifying repression to workers' leaders.

**Keywords:** Anticomunism, Representation, Repression.

Em trabalho pioneiro sob o ponto de vista da renovada história social, Yonne de Souza Grossi retratou bem a vida, as agruras e o espírito de luta e de união dos operários da mina de Morro Velho em Nova Lima (MG). De suas

---

\* Bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da Faculdade ASA de Brumadinho (MG).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 12	91-113	2006
-----------------	---------------	-------	--------	------

lutas, concentrei-me anteriormente na greve de 1948, [COELHO, V. DE O. P. Cf. BIBLIOGRAFIA.] cujo resultado foi a demissão de 51 operários acusados de comunistas e sabotadores. Sintetizarei aqui a análise do discurso anticomunista, foco central daquele trabalho, o qual, como estudo de caso, talvez tenha utilidade para discussões mais amplas sobre o anticomunismo.

A greve ocorreu entre os dias 12 e 13 de outubro daquele ano. Começou de forma espontânea como greve branca de trabalhadores do setor de superfície da mina que exigiam melhorias salariais. O movimento inicial contou com o apoio da maioria dos operários, organizados por alguns de seus líderes, mas houve também muita resistência e tumulto. No final houve um acordo entre a empresa e os representantes dos mineiros, intermediado pelas autoridades locais. Em nome dos mineiros participavam a comissão de salários e a diretoria do sindicato, que era prestigiada pela maioria dos trabalhadores, mas estava sujeita ao controle oficial devido à manutenção da legislação corporativista. Como era comum neste período histórico, a reação não tardaria em chegar.

## O anticomunismo

De acordo com Carla Rodeghero, o

anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc (RODEGHERO: 464)

Por *representação*, podemos entender que “toda realidade, como conhecimento, é uma *representação*. Conseqüentemente, os indivíduos

organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação, que são utilizadas na comunicação”; são “formas simbólicas por meio das quais os grupos e os indivíduos percebem suas próprias identidades” (SILVA: 83). Assim, grupos sociais definem sua identidade mediante a construção de uma representação do mundo, e de uma representação de si mesmos. E esta última, frequentemente, como ressalta Rodeghero sobre o anticomunismo, também se constitui mediante a construção de uma representação negativa a respeito de um grupo social antagônico.

De acordo com Rodrigo Sá Motta, [MOTTA, R. P.S. CF. BIBLIOGRAFIA] é a partir do episódio da intentona comunista de 1935 que o anticomunismo passou a ter um papel mais importante na política de repressão do Estado. Foi a imprensa que deu início à campanha anticomunista pós-intentona ao pintar, a partir do evento, um cenário de violência, destruição e barbárie.<sup>1</sup> Ela pressionou o governo Vargas no sentido de endurecer a repressão, e contribuiu para que o parlamento aprovasse reformas institucionais solicitadas pelo executivo. Paralelamente ao trabalho da imprensa, obviamente, há a construção da ideologia nacionalista/conservadora na “era Vargas”, e sua massificação por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ao comunismo e aos comunistas era atribuída a aura do “outro” em relação à pátria.<sup>2</sup> O autor destaca ainda o impacto político real do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de seu expoente máximo, Luís Carlos Prestes, e diz não ser possível definir, *a priori*, o caráter instrumental ou

---

<sup>1</sup> Como demonstra o autor, além das lembranças e construções imagéticas negativas em torno da Intentona de 35, os órgãos da imprensa constantemente faziam menções às mazelas da Rússia soviética, divulgavam notícias sobre expulsões de estrangeiros e de constantes referências a prisões e estouros de células comunistas. Além da dramatização, colocavam os comunistas nas páginas policiais, ajudando a construir um imaginário negativo em torno do comunismo. (Motta, 2002)

<sup>2</sup> Há bons trabalhos sobre a ideologia varguista. Cf. Oliveira, Velloso e Gomes; Lenharo; Capelato.

autêntico do anticomunismo – o temor sincero, por exemplo, de um católico diante do ateísmo da doutrina comunista ou de um nacionalista diante da submissão do partido à URSS.<sup>3</sup>

De todo modo, Motta analisa a “indústria” do comunismo, ou seja, manipulações que “tiravam proveito do temor ao comunismo”.

Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens. (MOTTA: 161).

Tais vantagens podiam ser políticas, eleitorais e até mesmo financeiras, quando da extorsão mediante suposta necessidade de se combater o “mal”. Mas, de acordo com o autor, a “forma mais conhecida e, certamente, mais importante da ‘indústria’ foi a utilização do anticomunismo para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional”. (MOTTA: 162) Por este motivo, destaca as duas grandes “ondas” anticomunistas, que antecederam a dois golpes, – nos períodos de 1935 a 1937 e entre 1961 e 1964.

---

<sup>3</sup> De acordo com Rodrigo Sá Motta, “A motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medida diferente ao longo da história. Para se compreender tal processo, é preciso analisar as conjunturas históricas específicas, pois a riqueza inerente a cada caso singular se perderia em uma abordagem excessivamente generalizadora” (Motta, 2002: XXIV). Como diz Rodeghero, “Um outro campo de questões [nos estudos sobre o anticomunismo] que está apenas começando a ser explorado é o que diz respeito à recepção, ou seja, como o fenômeno do anticomunismo poderia ser entendido a partir daqueles indivíduos e grupos que foram alvo das ou que foram atingidos pelas campanhas anticomunistas. Nesta direção, estaria o reconhecimento das defasagens e transformações ocorridas ao longo do processo de produção, circulação e recepção do anticomunismo e também das possibilidades de apreensões e ‘leituras’ diversas sobre o mesmo fenômeno, por grupos diferentes” (RODEGHERO, 2002).

Motta enumera alguns dos principais elementos do imaginário anticomunista: os comunistas como “demônios”/agentes do “mal”, agentes patológicos (“vírus vermelho” a contaminar o corpo social), a “ameaça estrangeira”, e o comunismo como um “desafio à moral”. Há também representações imaginárias elaboradas sobre o “inferno soviético”, a intencionalidade comunista e o “cavaleiro da desesperança” – em contraposição à designação de “cavaleiro da esperança” atribuída pelos comunistas a Prestes.<sup>4</sup> (MOTTA)

Não me detenho no presente artigo a uma discussão mais ampla sobre *representação e imaginário social*. Esclareço que adoto o ponto de vista de autores como Pierre Ansart, Bronislaw Baczko e Pierre Bourdieu,<sup>5</sup> segundo os quais, os imaginários sociais devem ser vistos como elementos de exercício do poder, sendo preciso destacar a importância tanto do capital simbólico acumulado como do controle dos meios de difusão das representações, imaginárias ou ideológicas.

Passarei agora ao estudo de caso anunciado. Antes, porém, alerto que o episódio em questão se passa num período diferente daqueles normalmente destacados nas análises sobre o anticomunismo. Por isso, teço necessárias observações ao final do artigo.

---

<sup>4</sup> A partir da análise de fontes doutrinárias diepanas e outros processos do Fórum de Nova Lima, tanto cíveis quanto criminais (como um inusitado “processo de subversão”, tipologia que não constava no código penal), sintetizei assim o imaginário anticomunista: “os comunistas, antipatrióticos e adeptos do credo vermelho proveniente da Rússia – país que, desde os tempos dos czares, seria um local de tirania e de surgimento de ideologias exóticas –, que teria se infiltrado no país a partir da decadência da República Velha, através de seu canto de sereia atraíram os operários para seus objetivos escusos: promover a desordem no país, com sacrifício do sangue da população. Tais elementos, que agiriam pelas sombras, seriam indignos de confiança no exercício do trabalho. Sua ação dá-nos uma certeza clara: são ‘eles’ contra ‘nós’” (Coelho, 2004: 139).

<sup>5</sup> Cf. Bibliografia.

### **Os comunistas como vítimas de si mesmos**

Seguindo o rumo da polarização ideológica e assumindo o seu alinhamento com a política do Kominform – fundado no mesmo ano –, o PCB programa uma solenidade em comemoração ao aniversário da revolução russa para Nova Lima, em 7 de novembro de 1948, escolha coerente com a conhecida força da militância comunista na cidade dos mineiros. O ex-deputado (cassado) Armando Ziller e outras duas personalidades comunistas fariam uma palestra sindical num grupo escolar. Foi realizada a propaganda na cidade e incluía faixas e cartazes pelas ruas, inscrições nas paredes da mina, nos carros de minério e nos muros da cidade. Até o serviço de alto-falante da cidade foi contratado.

A propaganda, entretanto, acarretou também um efeito negativo, a mobilização dos anticomunistas. Desde a véspera havia boatos de que um grupo de capatazes da Companhia Morro Velho tentaria dissolver a reunião à bala. Havia resistência de líderes comunistas mineiros à realização do ato, argumentavam que os operários estavam em luta contra a Cia. Morro Velho em torno de questões ligadas a melhorias no ambiente de trabalho, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho e ao aumento salarial e a promoção das atividades comemorativas atrairia a polícia, colocando em risco a simpatia por parte da população a sua luta.

“Os demais membros do CE contra-argumentaram, alegando a motivação que poderia ser criada pela ida de três comunistas nacionalmente conhecidos: dois eram deputados cassados e um deles representante dos bancários em Belo Horizonte, líder trabalhista”. (GROSS: 176)

Apesar de todas as advertências, a direção do partido decidiu transferir a palestra para o “escritório dos vereadores do povo” – referência aos quatro mineiros comunistas eleitos em 1947 –, que era um sobrado velho localizado na praça central da cidade.

O resultado foi a invasão do escritório por vários homens armados e o assassinato de dois comunistas, entre eles William Dias Gomes, um dos “vereadores do povo”, que levou um tiro fatal no peito quando tentava dissuadir os invasores. Houve 14 feridos e a polícia ainda prendeu um grupo de operários que participavam da reunião, ao passo que nenhum dos invasores foi preso.

A matéria do *Estado de Minas*,<sup>6</sup> no entanto, foi bastante clara ao atribuir a culpa dos acontecimentos: embora ressaltasse “a exaltação de operários anticomunistas”, de alguma forma parece querer justificar a violência da invasão do escritório pelo fato de que no “quartel general dos marxistas”, os “adeptos do credo vermelho” se reuniam para “comemorar o aniversário da revolução vermelha”. “Tratava-se, portanto, de autentica reunião comunista, ainda mais que da praça se via preso à parede interna do ‘escritorio’ um grande retrato de Prestes, todo iluminado”.

A presença do retrato de Prestes, figura máxima do PCB, é, por duas vezes, ressaltada na matéria, como causa da exaltação dos operários contrários à reunião<sup>7</sup> e, no trecho acima, sua presença é colocada como prova de que no escritório se realizava uma “autêntica reunião comunista”. Além disso, o jornal remete o desagrado quanto à realização da reunião na “célula vermelha” aos “fatos anteriormente registrados em Nova Lima, nos quais se salientaram os agitadores comunistas”, destacando, em seguida, a greve de outubro. Outro trecho da matéria ainda recorda que “William Dias Gomes era tido como o maior agitador comunista em Nova Lima e exercia influencia sobre o operariado adepto do ex-Partido Comunista”. Para comprovar tal epíteto, acrescenta que, em seu bolso, foram encontrados “documentos relacionados com um plano comunista para fomentação de nova greve entre os operários da Cia. de Morro Velho, a irromper-se no proximo dia 13”. Além desses, “Outros documentos sobre a ação dos marxistas em Nova Lima, foram apreendidos, assim como o

---

<sup>6</sup> *Estado de Minas*, 9.mar.1948, pp. 12 e 8. A grafia das fontes primárias será mantida.

<sup>7</sup> “Exaltados, os operários manifestavam aparente repulsa pelo fato de os comunistas manterem na praça, um grande retrato de Prestes, todo iluminado”.

farto material de propaganda vermelha, este encontrado no ‘escritório dos vereadores do povo’”.

Enfim, tal tratamento dado pelo *Estado de Minas* ao episódio acaba por criar um *substrato notório*, ou seja, o jornal naturaliza o perigo representado pelos comunistas – em outras palavras, o perigo é posto como imanente à ação dos comunistas.<sup>8</sup> O comunismo deve ser visto como maléfico e, não é à toa, são omitidas todas as possíveis motivações que levavam um grande número de operários a simpatizar por ele, ou a seguir suas lideranças. O comunismo é, então, mitificado, isto é, despolitizado (no sentido da perda do *real histórico*) ao mesmo tempo em que a responsabilidade dos assassinatos é transferida às próprias vítimas – não apenas pela informação de que “Firmes no propósito de prosseguirem reunidos, os comunistas estavam dispostos a enfrentar as consequências de sua permanência no escritório”, como também pelo fato de que, significativamente, em toda a matéria não há a presença das palavras *assassinos* ou *assassinados*.

Mas o efeito maior está na manchete. Como afirma Capelato: “Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz”. (CAPELATO, 1998: 17) De acordo com Roland Barthes, nas grandes letras da manchete

o caráter impressionante do mito é imediatamente perceptível: o que se espera dele é um efeito imediato: pouco importa se em seguida o mito é desmontado, presume-se que a sua ação é mais forte do que as explicações racionais que podem pouco depois desmenti-lo. Quer isto dizer que leitura do mito se esgota de uma só vez. [...] só apreendo um *sentido*, mas leio uma verdadeira significação. (BARTHES: 151) [grifo no original].

---

<sup>8</sup> Tomo o conceito de *substrato notório* de Roland Barthes. Para uma análise do discurso varguista com este método proposto por Barthes, cf. Paranhos.



Nada mais eloqüente que o título da matéria do *Estado de Minas*: “Dois mortos e numerosos feridos num conflito em Nova Lima – Os comunistas foram os causadores da tragédia”.

### **A ação do Ministério do Trabalho**

Os desdobramentos da greve, com o combate entre comunistas e anticomunistas, não se limitou apenas à invasão do escritório dos vereadores e à exacerbação do conflito na própria cidade. No final de novembro de 1948 foi instalado pelo ministério do Trabalho um inquérito federal de investigação na mina de Morro Velho.<sup>9</sup> Os trabalhos da comissão de inquérito se iniciaram no dia 21, com a instalação de uma secretaria na delegacia do trabalho em Belo Horizonte, e de um escritório na sede da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração em Nova Lima.<sup>10</sup>

Tal mobilização se explica não só pela repercussão dos episódios da greve de outubro de 1948, da invasão do escritório dos vereadores e do assassinato de William, mas também pela importância estratégica da empresa, mensurável pelas palavras do ministro do Trabalho na Portaria de 19 de novembro, em que justifica a criação da comissão.<sup>11</sup> Dois meses depois (em 24 de janeiro de 1949), a comissão enviava um relatório ao ministro apontando a causa da queda de produção:

É, infelizmente, Senhor Ministro, ainda que trágica, é esta a situação de hoje em Morro Velho e Raposos: uma Empresa, cuja produção ritmada

---

<sup>9</sup> *Estado de Minas*, 24 nov. 1948, p. 8.

<sup>10</sup> Inquérito administrativo. 6 jul. 1949, 7 vols. (volume I). Arquivo do fórum de Nova Lima.

<sup>11</sup> “*Considerando que a exploração da minas de ouro constitui indústria básica, interessando diretamente à defesa nacional [...] Resolve instituir uma Comissão Especial [...] para] proceder, no próprio local, Às investigações que se fizeram necessárias [...]*”. Inquérito administrativo. 6 jul. 1949, 7 vols. (volume I).

interessa diretamente ao País, boicotada integralmente em suas atividades por comunistas que devem estar agindo sob recomendações imediatas de organizações políticas internacionais interessadas na queda de nossas instituições e na destruição da democracia que nasce no Brasil.<sup>12</sup>

O relatório da comissão dirigido ao ministro recomendava, além da expulsão de 51 empregados “*indisciplinados, desidiosos e autores de grave sabotagem nos serviços da Companhia*”, a implementação de um regulamento interno. De fato, um dia depois do envio do relatório, o regulamento interno foi recebido pela *Saint John*, tendo sido publicado em 15 de março.<sup>13</sup>

De acordo com três ex-operários de Morro Velho e ex-militantes do Partido, o objetivo do Ministério do Trabalho e da empresa era despedir 51 operários que se destacavam como líderes, por seu espírito e ação combativos, e conseqüente prestígio, como ocorrera quando da demissão dos 17 membros da primeira diretoria do sindicato, em 1936. Deles, Anélio Marques,<sup>14</sup> um dos “vereadores do povo”, lembrou que, dos 51 operários, somente quatro eram do grupo que fez a greve branca. Outro ativista, Orlando Corrêa em depoimento a Grossi, estranha o fato de ter sido acusado de sabotador, já que naquela época ele e outra “meia dúzia de companheiros” haviam sido promovidos pela empresa. “Mesmo assim, fui processado, junto com mais 50 operários. Éramos os melhores

---

<sup>12</sup> Inquérito administrativo, 6 jul. 1949 vols. (Volume I). Relatório de 24 jan. 1949.

<sup>13</sup> St. Jonh del Rey Mining Company Limited. Regulamento Interno. Nova Lima, 25 de Janeiro de 1949. (O exemplar do regulamento foi-me emprestado gentilmente por Magda L. Campbell, tendo pertencido a seu pai, ex-operário e ex-membro da comissão de salários). Inicialmente, a lista e dispensa de operários seria de 200, tendo sido posteriormente diminuída (sem termos condições de avaliar o porquê) para 53 operários. Dois deles fizeram um acordo com a empresa, e a lista ficou em 51. *Estado de Minas*, 6 jul. 1949, p. 12 e Inquérito administrativo, 6 jul. 1949, 7 vols. (Volume I).

<sup>14</sup> A entrevista de Anélio Marques Guimarães encontra-se no programa de história oral da FAFICH - UFMG, pasta “História dos Partidos Políticos e Sindicatos” (HPPS). Os outros dois ex-militantes são Roberto Costa (cf. Costa) e Militão A. Rosa, este entrevistado por nós durante a pesquisa para a dissertação de mestrado. Cf. Coelho.

operários...”. (GROSSI: 240-241) A solução desta contradição pode ser relacionada ao fato de que a lista dos operários possa ter sido elaborada – semelhante ao ocorrido em 1936 –, pela comissão nomeada pelo Ministério do Trabalho, uma vez que as autoridades acompanhavam de perto a atividade dos membros do PCB, inclusive daqueles ligados ao meio operário.

Quanto ao regulamento, ele sugeria um conjunto de medidas em forma de regras que, em síntese, “visavam eliminar ou senão dificultar o espaço de locomoção do movimento operário nas dependências da empresa”. (GROSSI: 177) Pelo conteúdo do regulamento é possível perceber a intensa atividade sindical existente nas minas de Morro Velho que se tentava eliminar, através do regulamento. Ao mesmo tempo, destacam-se as obrigações da empresa reforçadas no regulamento e que podem sugerir que a sua aplicação, na prática, não deveria ser satisfatória.<sup>15</sup>

No capítulo III – “Deveres do Empregado” –, constam artigos que proíbem tanto a “*propaganda política*” e a formação de grupos “*para os fins que não sejam o de trabalho em turmas, assim como reuniões para conversas sobre assuntos estranhos ao serviço, de modo a prejudicá-lo*”. E ficava determinado que fosse

terminantemente proibido riscar ou escrever quaisquer dizeres, afixar cartazes ou avisos de qualquer natureza nas paredes, muros, vagonetas, máquinas ou quaisquer outros bens da Companhia, assim como fazer circular panfletos, boletins ou publicações manuscritas ou impressas em locais de serviço ou em quaisquer dependências da Companhia.

Outros artigos visam a uma maior verticalização da disciplina. Um desses lembra que “*Todo empregado deverá cumprir fielmente às ordens dadas*

---

<sup>15</sup> “ [...] sobre a disciplina, nossas principais fontes provém das classes dominantes; discursos de cima, às vezes elas exprimem mais um projeto ou programa do que propriamente uma operação”. (PERROT: 54-55).

*pelos seus superiores, desempenhando com zelo e eficiência as tarefas que lhe forem ordenadas e visando sempre o bom ordenamento do serviço”. Outro determina que “Os pedidos de licença para ausentar-se do trabalho por prazo superior a um dia deverão ser feitos por escrito diretamente ao Diretor da Companhia [...]. Não sendo concedida pelo Diretor da Companhia a licença [...], a ausência do empregado será considerada falta grave”.*

É interessante notar que em dois artigos – referentes ao capítulo I “Da admissão”, e ao capítulo II “Deveres do Empregador” –, trata-se da “*proibição de trabalho noturno e nas minas para menores e mulheres, e observação das leis*” e pelo qual a “*Companhia é obrigada a cumprir todas as leis trabalhistas e de previdência e assistência social, bem como a acatar as instruções expedidas pelas autoridades competentes*”. O segundo, o parágrafo único do capítulo II, diz, no entanto, que

*Qualquer reclamação do empregado nesse sentido, seja dirigida ao seu superior imediato, seja por intermédio de seu Sindicato, seja levada ao conhecimento do Diretor da Companhia, que a encaminhará imediatamente ao Departamento Pessoal, para examinar e expor a solução conveniente, de acordo com as leis e instrumentos em vigor.*

O único artigo que aborda os deveres da empresa enfatiza a hierarquia e a disciplina, também buscada mediante incentivos à vigilância interna:

*Art. 24 – Todo empregado que tiver conhecimento de algum fato considerado prejudicial aos interesses da Companhia ou danoso aos demais empregados ou à boa marcha dos serviços, deverá levá-lo ao conhecimento de seus chefes;*

*[...] Art. 27 – Todo chefe ou encarregado de Repartição ou Serviço fica obrigado a remeter, com a máxima urgência, ao Departamento de Pessoal, as comunicações relativas às ocorrências com os empregados sob sua responsabilidade, inclusive as notas de faltas cometidas, para o devido controle por aquele Departamento.*

O incentivo à vigilância é reforçado pelo estímulo ao bom comportamento, como demonstram um artigo que determina que o “*Departamento do Pessoal fará anotar na ficha de cada empregado quaisquer atos que, a critério da Companhia, mereçam ser mencionados como demonstração de zelo, eficiência, interesse e dedicação aos serviços*”, e outro que condiciona a “*concessão para ocupar casas de propriedade da Companhia ou a outorga de quaisquer outros favores*” ao “*tempo de serviço, número de dependentes, capacidade de trabalho e boa conduta, de acordo com as anotações consignadas em seu prontuário*”.

Por fim, o regulamento diz que “*Todo e qualquer caso omissos no presente Regulamento será resolvido pela Diretoria da Companhia, com audiência do Chefe do Departamento do Pessoal*”. Ou seja, em qualquer problema não previsto pelo regulamento, os operários não teriam o direito de participar de sua resolução. Nem mesmo seus representantes, cuja existência, aliás, é negada pelo regulamento.

### **O “processo dos 51” e o ardil anticomunista**

Em janeiro de 1949 foi criada na cidade a União Novalimense de Assistência Social (UNAS), com o apoio da Igreja Católica local e de alguns comerciários, e contava com cerca de mil operários inscritos, e que se dedicaria a combater a “infiltração comunista” entre os trabalhadores. É provável que a UNAS tenha estado por trás do assassinato de outro operário, José dos Santos – o “Lambari” –, membro do comitê municipal do PCB e líder comunitário, assassinado na calada da noite com seis tiros, quando voltava de uma reunião partidária em Honório Bicalho, distrito de Nova Lima. Lambari ficou visado pelo seu trabalho com as mulheres (que incluía a mobilização e até a participação em greves) e pelo respeito que inspirava na maioria dos operários. (GROSSI: 179).

Outro duro golpe sentido pelos operários viria na metade daquele ano. Um inquérito administrativo, movido pela comissão de investigação do Ministério do Trabalho em nome da *Saint John del Rey Mining Company*, no qual vinha o pedido de demissão de “elementos comunistas” que estariam por trás de uma queda na produção da empresa, através da prática de sabotagem.

O ofício recebido pelo juiz de direito da comarca de Nova Lima (28.jun.1949), foi expedido pela procuradoria-geral do estado de Minas Gerais, e confiava a informação de que o Ministério do Trabalho havia designado uma comissão para averiguar as “*causas de decréscimo da produção em Morro Velho, em 1948*”.

Após exaustivas diligências, essa comissão chegou á conclusão de que as anormalidades existentes eram consequência da atividade de operários filiados ao extinto Partido Comunista do Brasil, como sê vê do seguinte trecho do relatório (fls. 6, 1ª vol.):

Ficou demonstrado perante a comissão que, como resultado de intensa campanha comunista e até mesmo em consequência da pressão exercida por esses elementos sobre grande maioria dos empregados da Companhia, foi imposta á empresa, durante os primeiros dias de outubro do ano próximo passado, uma greve branca de sérias consequências e, finalmente, a paralisação de todos os seus serviços por dois dias. Durante a greve branca, os elementos comunistas, empregados da companhia, se desdobraram em atividades. E, com seu trabalho dissolvente e impatriótico, ganharam terreno na propaganda de sua ideologia e levaram à completa desorganização o ritmo de produção da Companhia.

Não contentes, foram até, os inimigos do regimen, da ordem e da lei e a 13 de outubro citado, tomando de assalto os portões da empresa e impondo, com violências e ameaças, o fechamento das secções de trabalho, impuzeram a paralização de todos os serviços da Companhia’. [grifo no original]

Em seguida, no mesmo documento após as justificações acima, o 1º subprocurador geral da Justiça do Trabalho Pinto Rennó recorda que a maioria dos 51 operários listados era estável, ou seja, com dez anos ou mais de contrato,

mas que “*A cessação do trabalho considerar-se-á falta grave*”, o que autorizaria a rescisão do contrato.

No segundo volume do inquérito, é possível perceber claramente um esforço em dramatizar ao máximo o conflito ocorrido em doze de outubro de 1948 na mina de Morro Velho. Ao final da transcrição do depoimento do capitão da Polícia Militar Mário Norberto Lindenberg, em que narra o episódio desde a eclosão da greve, passando pela ação dos operários comunistas, até a sua reunião com os “vereadores vermelhos” (e a comissão de salários) no sindicato, o texto, subitamente, muda da narração para uma advertência em tons altamente dramáticos:

À vista das promessas feitas pelos comunistas resolveu o operário da mina que não é adepto a essa ideologia, se organizar para enfrentar a futura greve [...]. Em ambos os casos predomina a ignorância. Os comunistas são fanáticos e disciplinados. Raposos no dia aprazado aqui estará na sua quasi totalidade para o que der e vier. Esta Villa, é uma verdadeira Moscou. Em Nova Lima, está o cerebro maquiavelino dos chefes vermelhos, srs: Jacinto Carvalho, Vice Prefeito; William, o mais perigoso, dirigirá a luta. Para isso não se incomodará de cortar a força e eletricidade que dá vida a mina. Na falta dessa energia quem estiver no fundo da mina sucumbirá, por loucura ou asfixia. Pouco importa a William e aos seus comparsas se tal se der. Querem a confusão. O comércio será saqueado e muitas vidas se perderão. Se Deus não olhar para esse município até o dia treze do mes próximo, as nossas ruas ficarão vermelhas de sangue na mesma semelhança que é a bandeira comunista.<sup>16</sup>

Não há como saber se o trecho é da autoria de Lindenberg ou se houve um acréscimo por parte de algum membro da comissão de investigação do Ministério do Trabalho. Há referência aos documentos supostamente encontrados pela polícia nos bolsos de William Dias Gomes sobre uma greve que se realizaria em 13 de novembro, mas a segunda hipótese parece ser mais

---

<sup>16</sup> Inquérito administrativo, 6 jul. 1949, 7 vols. (volume II).

provável se levarmos em consideração as reflexões de Rodrigo Sá Motta sobre a “indústria” do comunismo.

Os grupos ligados ao aparato repressivo do Estado foram responsáveis pela criação de uma modalidade específica de indústria do anticomunismo. Em algumas ocasiões, policiais e militares ligados às atividades de repressão fabricavam “provas” de recrudescimento das atividades comunistas. Procuravam manter o tema em evidência na imprensa e torná-lo alvo de preocupação constante dos governantes, mesmo em momentos de baixa intensidade da atuação comunista. (MOTTA: 109).

Este autor acrescenta que o “objetivo almejado era valorizar seu papel no interior do aparelho de Estado e aumentar seu cacife nas disputas internas de poder”, tentando convencer sobre sua importância, ou mesmo “angariar vantagens materiais para as pessoas envolvidas e/ou para suas corporações”. No presente caso, contudo, acreditamos que além da denúncia de prática de sabotagem (greve branca), houve um esforço para elaborar uma representação sobre a greve que utilizava os elementos do imaginário anticomunista correspondentes à literatura político-doutrinária da época. Seu objetivo era desqualificar os comunistas dando-lhes uma aura negativa e mitificando-os ao eliminar seu *real histórico*, subtraindo as motivações humanas que lhes servem de lastro.<sup>17</sup>

É preciso destacar ainda uma artimanha por parte da comissão. Para que suas afirmações adquirissem a aura da verossimilidade, ela precisava de “provas” que legitimassem o pedido de punição aos 51 operários. Como

---

<sup>17</sup> De acordo com Pierre Ansart, “o caráter apaixonado dos apelos políticos não é um aspecto secundário que se poderia, sem contradição, suprimir. Embora haja gradações nessa passionalização, a dicotomia afetiva que percorre toda ideologia é irreduzível: a legitimação é, simultaneamente, apelo ao afeto, à confiança, à admiração, à identificação; a invalidação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. Toda a energia das paixões pode ser investida no conflito ideológico e comunicá-lhe a mais extrema violência”. (CF. ANSART: 46).



analisamos na reportagem do *Estado de Minas* sobre a invasão do escritório dos vereadores, a representação anticomunista produz uma capa mítica sobre o comunismo e os comunistas. Ao falar de comunistas, sobre eles é produzido um efeito *tautológico* – os comunistas são ruins porque são ruins; comunismo é sinônimo de desordem e crime.<sup>18</sup> A manchete do *Estado de Minas* sobre a instauração do inquérito administrativo aberto contra os operários de Morro Velho fala em “AFASTAMENTO IMEDIATO DOS INSTIGADORES DA GREVE BRANCA NA MINA DE MORRO VELHO”.<sup>19</sup> Já a manchete da *Folha de Minas* (10 jul. 1949) trazia a afirmação de que “Subiram os níveis de produção em Morro Velho; com o afastamento de um grupo de operários comunistas”. No lide da matéria diz que “Uma minoria de bolchevistas implantava o terror na mina e levava os colegas [sic] a produzir o menos possível”, de acordo com as “declarações do cel. Lauro Loureiro”.<sup>20</sup>

A primeira representação feita pela imprensa em que o termo comunista é transmutado num *substrato notório* de significado negativo será muito bem aproveitada pelo inquérito. Ou seja, as matérias da imprensa servirão para que a punição dos operários comunistas seja a solução mais correta pelo fato de que, *como é notório*, eram comunistas as lideranças da greve.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Ou “Dois mortos e numerosos feridos num conflito em Nova Lima – Os comunistas foram os causadores da tragédia”. Aqui, as reflexões também são inspiradas em Roland Barthes. *op. cit.*

<sup>19</sup> *Estado de Minas*, 6 jul. 1949, p. 12. A matéria da edição anterior (“DISPENSA EM MASSA DE OPERÁRIOS COMUNISTAS DA MORRO VELHO”) diz que “Trabalharam eles [os operários dispensados] de má vontade, havendo muitos dos implicados que se ausentaram do serviço, para fins diversos. Quase todos são adeptos do extinto Partido Comunista, motivo por que os planos por eles elaborados obedeciam a um esquema quase perfeito. Ademais, incentivaram reivindicações em desacordo com a realidade, com o que procuravam estabelecer generalizada revolta”. *Estado de Minas*. 5 jul. 1949, p. 12.

<sup>20</sup> *Folha de Minas*. 10 jul. 1949, p. 10.

<sup>21</sup> Tomo aqui, também, a reflexão de Maria Luiza Tucci Carneiro feita a partir de seu estudo sobre o Arquivo da polícia política de São Paulo. De acordo com a historiadora

No final da primeira parte do ofício dirigido ao juiz de direito da comarca de Nova Lima, o subprocurador anunciava que “Tais fatos, públicos e notórios, ficaram fartamente demonstrados na sindicancia que serve de base a esta representação”.<sup>22</sup> Tal demonstração é feita no terceiro volume do inquérito, que contém reportagens de jornais como o *Estado de Minas*, *O Globo* e outros. Além delas, contudo, o volume

“contém diversas publicações subversivas que definem muito bem o sentido comunistas [sic] das atividades de diversos empregados da Companhia Morro Velho e que convencem à orientação do bolshevismo [sic] internacional nos movimentos de sabotagem dos serviços da St. John del Rey Mining Co. Ltd.”

Entre as “publicações subversivas” encontra-se exemplares da imprensa esquerdista como o *Jornal do Povo* e o *Folha do Povo*, além de panfletos como o da comissão de salários dos mineiros e “exemplares de cartazes subversivos afixados nas ruas de Nova Lima”.<sup>23</sup>

Desta forma, enquanto a grande imprensa cumpria o primeiro passo, dando uma essência negativa ao comunismo, a presença de publicações comunistas, ou que faziam referência à greve (como os panfletos e um cartaz que protestam contra a morte de William Dias Gomes), serviam para a comissão “provar” que, de fato, os comunistas estavam por trás dos acontecimentos. As conseqüências da ilegalidade do partido, a perda de sua voz pública e a censura a sua imprensa são reforçadas no inquérito, pois o comunismo é criminalizado pelo discurso anticomunista, e esta aura criminal é utilizada contra os próprios trabalhadores. Isto fica patente num item do inquérito administrativo: “a imprensa

---

no III ciclo de palestras do Arquivo Público Mineiro – “A Polícia Política da República – Arquivos e Trajetórias do DOPS”, 16 out. 2005 –, a presença de publicações subversivas nos inquéritos policiais serve como uma pré-condenação dos acusados.

<sup>22</sup> Inquérito administrativo. 6 jul. 1949, 7 vols. (Volume I).

<sup>23</sup> Inquérito administrativo. 6 jul. 1949, 7 vols. (Volume III).

*comunista faz comentários subversivos sobre o incidente de 7 de novembro de 1948 em Nova Lima, do qual resultaram mortos e feridos entre os operários*”.<sup>24</sup> Para a comissão do governo importa menos o conteúdo dos comentários que o fato de serem produzidos pela imprensa comunista.

### **Considerações finais**

Apesar da defesa feita pelo bravo sindicato local, e tendo o processo chegado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e se estendido até 1952, os operários não conseguiram seus empregos de volta. No que se refere à acusação de sabotagem não houve conclusão, tendo preferido o TST julgar procedente o inquérito ao considerar legal o Decreto-lei nº 9.070 elaborado na ditadura varguista que proibia a greve. Embora se tratasse de uma letra constitucional a sua legalidade e legitimidade não eram objetos de consenso, questão debatida ao longo do inquérito.

Como chamamos a atenção anteriormente, mesmo as análises que o tomam como objeto central, o anticomunismo normalmente é relacionado a períodos de forte turbulência política, em que estão presentes no primeiro plano as ações de partidos ou movimentos de esquerda – como os dois períodos que foram destacados por Motta. Carneiro, em sua análise feita a partir dos arquivos da polícia política,<sup>25</sup> também destaca o uso que a polícia fazia da imprensa

---

<sup>24</sup> Nesta seção do volume III do inquérito destaca-se um panfleto: “*O Governo de Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes*”. É assinado por 12 “vereadores de Prestes”, de 10 cidades mineiras; uma reportagem da *Folha do Povo* (Rio de Janeiro, 11 nov. 1948. Recorte), que responsabiliza as autoridades mineiras e transcreve um protesto feito por 25 intelectuais, todos “*escritores e jornalistas democratas*”, entre eles Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos e Rui Facó, dirigido ao governador Milton Campos; e uma reportagem do *Jornal do Povo*, 21 nov. 1948, p. 8-9: sobre o “*líder mineiro assassinado*”.

<sup>25</sup> Cf. nota 24.

subversiva, fotos, panfletos etc. como “provas” do “crime”, assim como as demonstrações públicas, respaldadas pela imprensa, que a polícia fazia ao prender os subversivos.<sup>26</sup> Seu enfoque é, também, sobre os períodos ditatoriais e os momentos antecedentes, mesmos períodos destacados por Motta, quando há o questionamento dos ideais democráticos e a necessidade de nomear os inimigos.

Sobre o período em questão, especialmente sobre o pós-Estado Novo, os estudos clássicos procuraram demonstrar a “cooptação populista” do movimento operário, o seu controle pela legislação corporativista e a “traição” do PCB, que teria preferido aderir à legislação trabalhista até ser cassado em 1947. Mais recentemente, vários historiadores vêm demonstrando a vitalidade do movimento operário no período de 1930 a 1964 (“era populista”), o que implica um acerto de contas com o conceito de populismo, devido à dicotomia “Estado forte e massas passivas” que lhe era intrínseca.

Não pretendo e nem cabe aqui uma discussão sobre essa nova produção historiográfica,<sup>27</sup> mas destaco um trabalho coordenado por Marcelo Badaró Mattos sobre os arquivos políticos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Demonstra, para além da questão já conhecida da manutenção da legislação corporativista, que o fim do Estado Novo não significou o fim do controle repressivo sobre o movimento operário. O trabalho uniu a pesquisa sobre os movimentos grevistas e a vigilância desencadeada pela polícia política e seu “setor trabalhista”, em que a acusação de “comunista” é a mais freqüente nos documentos.<sup>28</sup>

Aqueles que fazem oposição ao governo, ou suspeitos de conspirar contra a “ordem pública” (o que aqui significa inclusive a presença do nome em abaixo-assinados de protesto) ocupam o sexto lugar em

---

<sup>26</sup> Cf. nota 4.

<sup>27</sup> Cf. coletâneas: FORTES et. al., 1999, e FERREIRA (org.).

<sup>28</sup> “Cumprе (...) notar que estes dados não representam o todo da atividade policial e, por critérios internos de catalogação, outros documentos podem ter sido removidos desta série específica sobre sindicatos e inseridos, por exemplo, na série sobre

ocorrências, com 22 casos. A relevância deste dado é que, ao contrário do que o órgão policial por vezes afirma, a baixa incidência de opositores abertos ao governo nos permite ver o acesso de desconfiança e de pressentimentos de ameaça da polícia política. O discurso defensivo de que a ordem está constantemente a perigo justifica a repressão excessiva e camufla a realidade concreta com seus inexpressivos 22 opositores/conspiradores. (MATTOS: 86)

De acordo ainda com os autores do trabalho, de 1945 até 1964 “é nítido o esforço da polícia política em caracterizar a estreita ligação das entidades e movimentos dos trabalhadores com a maquinação artilosa dos comunistas, sempre cumprindo fielmente as orientações de Moscou”. (MATTOS: 86-87) A propósito, Mirta Zaida Lobato – em seu estudo sobre a experiência operária dos trabalhadores da carne em Berisso, na Argentina (1920-1943) –, também relaciona o anticomunismo e a vigilância/repressão à mobilização dos trabalhadores na luta por direitos, e, cabe também destacar, a coletânea *Na luta por direitos – estudos recentes em história social do trabalho* traz cinco historiadores expondo e discutindo seus trabalhos sobre movimento operário. (FORTES ET AL.)

Assim, a partir tanto de nosso estudo, como também de alguns trabalhos recentes sobre o movimento operário, deixamos uma hipótese sobre o papel do anticomunismo no pós-Estado Novo: servir ao propósito de reprimir lideranças operárias que, a despeito da ilegalidade do PCB, continuavam na organização dos operários em mobilização pelos seus direitos. No caso aqui analisado, a comissão nomeada pelo Ministério do Trabalho se utilizou da própria ilegalidade do partido, da criminalização de seus representantes e de sua voz – com a cassação dos mandatos parlamentares e a censura à imprensa comunista –, para criminalizar a greve dos operários de Morro Velho, responsabilizando e punindo seus líderes.

---

comunismo” (MATTOS: 84-85). Em nossa pesquisa no arquivo das polícias políticas no APERJ, quando da pesquisa para a dissertação (COELHO, *op. cit.*) verificamos que há uma lacuna que corresponde aos anos de 1948 e 1949, mas acreditamos que há documentação suficiente para provar que no pós-Estado Novo a vigilância continuou a mesma.

Concluimos, pois, que a análise do anticomunismo deve estar necessariamente ligada à discussão sobre o contexto político em questão. No caso aqui tratado, a permanência da legislação corporativista, a legalidade e o prestígio político do PCB,<sup>29</sup> a mão-de-ferro do governo Dutra, o início da Guerra Fria, a cassação e a radicalização do PCB. E numa escala mais ampla, como vem sendo recentemente destacado, a luta por direitos, a vigilância policial e a repressão estatal durante o período entre 1945 e 1964.

### Bibliografia

- ANSART, P. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 276p. trad. Aurea Weissenberg.
- BACZKO, B. *Les imaginaires sociaux Mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984. 242p.
- BARTHES, R. *Mitologias*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 180p.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996. 188p. trad. Sérgio Miceli et al.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 311p.
- CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998. 78p. (repensando a história)
- \_\_\_\_\_. “Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, ns. 31 e 32, pp. 328-352, 1996.
- CARNEIRO, M. L. T. *Livros proibidos, idéias malditas. O DEOPS e as minorias silenciadas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê/PROIN Arquivo do Estado, USP/FAPEESP, 2002. 204p.
- COELHO, V. de O. P. Nova Lima, 1948. A greve dos mineiros e o ardil anticomunista. Dissertação de Mestrado, FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2004.
- COSTA, R. *A cortina de ouro (Morro Velho)* Belo Horizonte: G. Santa Maria, 1955. (mineiriana)

<sup>29</sup> O partido chegou a ter um número de militantes inscritos em torno de duzentos mil, êxito eleitoral e destacada atuação na Assembléia Constituinte de 1946.

FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 380p.

FORTES, A. et al. (orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho* 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. 1. 210p.

GROSSI, Y. S. *Mina de Morro Velho - a extração do homem* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 265p.

LENHARO, A. *A sacralização da política*. 2.ed., Campinas (SP): Editora da UNICAMP/Papirus, 1996. 218p.

LOBATO, M. Z. O perigo vermelho: comunismo e anticomunismo na experiência operária dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943). In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. & FORTES, A. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* Campinas (SP): Editora da UNICAMP. 2004. pp. 249-285.

MATTOS, M. B.; FREITAS, F. J. M. de ; BARBOSA, J. M.; PEREIRA, L. L. da C. ; ABREU, P. T. de . *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. 1. ed. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. 172p.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297p.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. de C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166p. (política e sociedade)

PARANHOS, A. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999. 231p.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 322p.

RODEGHERO, C. S. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n. 44, pp. 463-488, 2002.

SILVA, H. R. A História como a ‘representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. e MALERBA, J. (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas (SP): Papirus, 2000. pp. 81-99.